

1 ATA DA 39ª PLENÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS 2 HUMANOS – CEDH

3 Aos treze dias do mês de agosto de dois mil e vinte, em ambiente web, por meio
4 da ferramenta do Google Meet, às 13h30min, compareceram na Plenária do
5 Conselho Estadual dos Direitos Humanos (CEDH), os seguintes conselheiros:
6 **representantes da sociedade civil:** Cynthia Maria Pinto da Luz (Centro de Direitos
7 Humanos Maria da Graça Bráz – CDH-Joinville); Jairton Fabeni (Federação
8 Catarinense de Entidade de e para Cegos – FECEC); Erli Camargo (Fundação
9 Nereu Ramos – FINER), Nadir Cardoso dos Santos (Central Unica dos
10 Trabalhadores – CUT), João Coutinho (Associação dos Defensores Públicos de
11 Santa Catarina – ADEPESC) Gelson (Cáritas Brasileira) e **representantes**
12 **governamentais:** Rosimari Koch (Secretaria de Estado da Educação - SED);
13 Tamiris Graziottin (Casa Civil – CC); Sullivan Desirée Fischer (Secretaria de Estado
14 de Desenvolvimento Social (SDS), Ledronete Silvestre (Secretaria de Estado da
15 Saúde – SES); Gustavo Kremer (Secretaria de Estado da Segurança Pública –
16 SSP), Josiane Maria Melo da Rosa (Secretaria de Estado de Administração
17 Prisional e Socioeducativa – SAP), Deise Carolina (Secretaria de Estado do
18 Desenvolvimento Econômico e Sustentável – SDE), Maria Benedita Prim
19 (Secretaria de Estado da Educação – SED) e **como convidados:** Dr. Jádel da Silva
20 Júnior, promotor de justiça, presidente do Conselho Consultivo do Centro de Apoio
21 Operacional Criminal e da Segurança Pública do Ministério Público de Santa
22 Catarina (MPSC), membros da Comissão de Combate à Tortura: Dr.. Marcel
23 Salomon (advogado) e Dr. Rudinei (psicólogo) e; membros do Instituto Memória e
24 Direitos Humanos da Universidade federal de Santa Catarina – IMDH-UFSC:
25 Professora Juliana Viggiano, Laura Rodrigues, Mariana, Jean-Marie e professora
26 Mariana Joffily e a senhora Yara Hornk (Conselho Regional de Psicologia - CRP).
27 E Manuela Ribeiro (Secretária do CEDH/SC). **Ponto 1 da pauta. A plenária é**
28 **aberta** pela presidente do conselho, Cynthia Maria Pinto da Luz (CDH- Joinville)
29 dando as boas-vindas a todos/as, e fez menção a participação dos convidados do
30 Instituto Memória e Direitos Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina
31 (IMDH-UFSC) Professora Juliana Viggiano, Mariana Joffily e Laura. A Secretária
32 fez a **leitura da pauta ponto 2**, e na sequência, a presidente indagou se havia
33 alguma inclusão a ser feita. A convidada Yara (CRP) comentou a respeito da
34 situação grave da população indígena então a presidente sugeriu fosse discutida
35 essa situação no grupo da Mesa Diretora para estar pensando em uma atividade
36 específica do CEDH. Cynthia (CDH-Joinville) perguntou a Secretária do conselho
37 se houveram **justificativas de ausências, ponto 3**. A secretária informou que não
38 foram apresentadas justificativas de ausências. Sullivan (SDS) informou que neste
39 mesmo dia, 13 de agosto às 15 horas seria realizada reunião do Conselho Estadual
40 dos povos indígenas para discutir a questão do aumento do número de infectados
41 por COVID nas áreas indígenas. Dando prosseguimento, a presidente informou a
42 todos/as que a discussão do **ponto 4 da pauta** acerca da **violência policial**,
43 contaria com a participação prioritária do Dr. Jádel e, também da participação dos
44 membros da Comissão de Combate à Tortura: Dr. Marcel Salomon (advogado),
45 Rudinei e Yan, psicólogos. A presidente acrescentou que na sequência seria
46 discutido sobre o **ponto 5 da pauta** sobre o **sistema prisional** para discutir sobre
47 a minuta da Recomendação CEDH nº 02. Nesse momento a presidente pediu para
48 que fosse feita uma rodada de apresentações para que os convidados
49 identificassem as pessoas que estariam participando da reunião. Finalizadas as
50 apresentações, a presidente fez um breve comentário para que o promotor
51 entendesse a necessidade de sua presença. Cynthia (CDH-Joinville) então finalizou
52 seu relato indagando ao Dr. Jádel, uma vez que este é o responsável pelo controle
53 externo das atividades policiais, como o MPSC encara essa situação, quais as
54 medidas que a entidade implementa para coibir isso e, por fim, por que os agentes

55 públicos que praticam a tortura e a violência continuam impunes. Cynthia (CDH-
56 Joinville) organizou a conversa da seguinte forma: primeiro falaria o Dr. Jádél
57 (MPSC), na sequência os membros da Comissão de Combate à Tortura e, por fim,
58 seria aberto o debate. Dr. Jádél (MPSC) cumprimentou a todos/as e disse estar
59 feliz com o convite. O promotor comentou ainda há possibilidade do MPSC ter uma
60 cadeira no CEDH e se colocou à disposição. O promotor disse que apesar de seus
61 quase 30 (trinta) anos de atuação no MPSC busca, dentro do possível, agir com
62 equilíbrio e da forma mais adequada. Explicou que atualmente ocupa posição de
63 coordenador estadual das promotorias criminais, que exercem o controle externo
64 das atividades policiais. Continuou seu relato esclarecendo que toda proposta de
65 projeto ou programa passam pelo centro de apoio criminal, no qual, o mesmo é
66 coordenador. E, expôs ainda que é sugerido que esses projetos e programas sejam
67 feitos em parceria com a área de Direitos Humanos e a área da infância do MPSC.
68 Porém, o promotor lembrou que existe a independência funcional e, com isso, os
69 *colegas* podem deixar de adotar as orientações e tomar as medidas que
70 entenderem ser as mais corretas. Dr. Jádél (MPSC) explicou que existem 2 (duas)
71 promotorias em Florianópolis com atribuição no âmbito militar que atuam em face
72 de condutas que, a princípio, possam caracterizar crimes militares sendo que, uma
73 dessas promotorias atua no controle externo da atividade policial com abrangência
74 estadual. O promotor destacou que existe pelo menos 1(um) promotor que atua
75 com essa atribuição em todas as Comarcas do Estado. Dr. Jádél (MPSC) comentou
76 que houve um incremento significativo neste ano, principalmente no período da
77 pandemia, de representações por violência policial praticada em todo Estado com
78 destaque para a região da Grande Florianópolis. E, complementou que houve um
79 aumento de denúncias criminais oferecidas pelo MPSC. O promotor disse que de
80 acordo com o que foi apurado, esse aumento se deu por operações da P.M.,
81 especificamente nas comunidades e em razão de abordagem policiais em
82 decorrência de descumprimento de Decretos de isolamento social. Dr. Jádél
83 (MPSC) complementou dizendo que as representações que são recebidas de
84 diversas fontes, são examinadas pelos seus colegas de acordo com o
85 entendimento de cada um. Acrescentou que muitas dessas representações
86 resultam em arquivamento e, talvez, em função disso possa representar um
87 indicativo de impunidade. O promotor mencionou uma orientação recente da
88 Corregedoria da P.M. dizendo que nos confrontos da P.M. que resultarem em
89 mortes de civis quem deverá investigar é a própria P.M., o convidado colocou essa
90 situação como de extrema preocupação. Dr. Jádél explicou que essa orientação
91 entrou em vigor mesmo estando em vigor uma Portaria emitida em 2017 através de
92 uma Recomendação do MPSC, que foi acatada pelo Secretário de Segurança
93 Pública, na época, no sentido de que quando houvesse morte decorrente de
94 intervenção da P.M. contra civil a investigação deveria se dar pela polícia civil,
95 juntamente com o Instituto Geral de Perícias (IGP). Dr. Jádél (MPSC) explicou que,
96 em algumas situações, o inquérito policial militar chega a uma determinada
97 conclusão, uma investigação realizada pela polícia civil chega a outra,
98 contraditórias, complicando o oferecimento de denúncias e desta forma resultando
99 em impunidade. O promotor informou ao CEDH que foi instaurado procedimento,
100 que inclusive está tramitando, para assegurar a validade da Portaria anteriormente
101 citada. Dr. Jádél (MPSC) comentou que se tem notado que muitas dessas
102 representações que chegam ao M.P., de acordo com o entendimento de cada um
103 dos promotores, é que essas, não vem acompanhadas de subsídios suficientes
104 para que o promotor instaure o procedimento ou solicite a instauração de um
105 inquérito policial civil. E, em razão disso, muitas vezes, acaba resultando no
106 arquivamento das mesmas. A sugestão colocada pelo promotor é que haja não
107 somente uma representação formal, mas também uma participação efetiva por
108 parte de quem representa. Finalizou agradecendo a todos/as e se declarou aberto
109 a questionamentos e críticas. Cynthia (CDH-Joinville) passou a palavra para os

110 representantes da Comissão de Combate a Tortura, na seguinte ordem: primeiro
111 falaria o Dr. Marcel e na sequencia para o psicólogo Rudinei. Dr. Marcel
112 cumprimentou a todos/as, se apresentou e na sequencia fez uma análise
113 introdutória sobre a história e *luta* da Comissão Pró-comitê de Combate à tortura
114 para criação de sua legislação. Porém, mencionou que com o encaminhamento da
115 Reforma Administrativa à Assembleia Administrativa do Estado de Santa Catarina
116 (ALESC), foi feita uma emenda na Reforma, que foi aprovada e, prevê a
117 possibilidade da Secretaria de Estado de Segurança Pública (SSP) auxiliar na
118 criação de legislação quanto à questão que trata da prevenção e violação de
119 direitos. O convidado comentou que a Comissão, durante os últimos meses da
120 pandemia, tem recebido várias reclamações de situações dentro dos presídios e
121 citou a falta de marco legal, que autorize a Comissão a fazer qualquer tipo de
122 diligência junto aos órgãos, como um problema. Dr. Marcel relatou que as
123 denúncias que a Comissão tem recebido de violações de direitos, foram todas
124 encaminhadas aos órgãos de controle, inclusive a Defensoria Pública do Estado a
125 qual protocolou uma Ação Civil Pública com pedido de urgência, para que fossem
126 tomadas as providências pelo governo do Estado, porém o Tribunal de Justiça
127 (TJ/SC) rejeitou a Ação. Dr. Marcel, lamentou a situação, e explicou todo o
128 empenho da Comissão ao montar grupos de trabalho para estudar as Portarias
129 expedidas pelo governo do Estado, mais especificamente pelo Departamento de
130 Estado de Administração Prisional (DEAP) e a elaboração de formulário a ser
131 preenchido pelos órgãos do Estado em relação ao tema. O convidado disse que o
132 que se tem notado, é que o DEAP não tem seguido as Resoluções do Conselho
133 Nacional de Justiça (CNJ), as orientações e recomendações do Conselho Nacional
134 de Direitos Humanos (CNDH). Dr. Marcel relatou que, segundo os dados
135 divulgados pelo DEAP, de um total de 22.327 detentos, apenas 3.000 destes
136 tiveram acesso a visita virtual, uma vez ao mês durante 10 minutos. Dando
137 continuidade, Cynthia (CDH-Joinville) informou que na sequencia seria feita análise
138 de uma recomendação do CEDH ao governo do Estado sobre as violações no
139 sistema prisional. Dando prosseguimento, começou a falar o convidado Rudinei
140 (psicólogo –Comitê Combate à Tortura). O convidado cumprimentou a todos/as e
141 agradeceu o convite. Rudinei (Comitê) disse que iria aproveitar o tema e trouxe ao
142 debate a *violência judicial*. O convidado relatou que o Comitê tem notado, durante
143 a pandemia, que grande número de magistrados não está seguindo as
144 recomendações e, remeteu isso a independência funcional, fato que, segundo o
145 mesmo deveria ser problematizado. Rudinei (Comitê) comentou que o que se tem
146 notado é o estado de Santa Catarina seguindo na contramão das recomendações
147 e, citou a Recomendação nº62 do CNJ. O convidado mencionou dados divulgados
148 pela mídia, onde mais de 80% dos pedidos de prisão domiciliar e alvarás de soltura
149 estavam sendo negados. Continuou resgatando fala da presidente em momento
150 anterior desta reunião, dizendo que talvez sejam vidas que não importem tanto,
151 destacando ser em sua maior parte, uma juventude periférica. O convidado, nesse
152 instante, comentou sobre a proibição da entrada das sacolas nos presídios. E, na
153 sequencia levantou a questão: “*Qual a diferença da assepsia do alimento entregue
154 pelo restaurante ou pelos produtos que são comprados pelo Estado, da assepsia
155 que vai chegar dos familiares?*”. O convidado disse que o que se tem notado com
156 as Normativas da Secretaria de Estado de Administração Prisional e
157 Socioeducativa (SAP) sustentado pela Vigilância Sanitária, são vários indícios de
158 fragilidade de poder lidar de forma adequada com a pandemia, principalmente no
159 sistema prisional e, destacou o impedimento da entrada de remédios. Além desses,
160 também apontou os cobertores e materiais de higiene, que pudessem garantir
161 minimamente condições de se protegerem. O convidado comentou, ser fato de
162 conhecimento de todos, que historicamente o Estado não consegue dar conta de
163 suprir todas as necessidades dos detentos e, que as “sacolas” sempre foram um
164 complemento. Por isso, o psicólogo, diz não ser compreensível que num momento

165 tão frágil, onde o Estado continua com dificuldades, o mesmo, impeça a entrada
166 das sacolas. Rudinei complementou citando a falta de transparência de cada
167 unidade prisional em dizer quais as medidas que estão sendo tomadas para
168 compensar a falta das sacolas. O convidado relatou que a Comissão tem estudado
169 os impactos que as Portarias têm causado na população carcerária e, disse que se
170 tem identificado vários efeitos nocivos e violações de Direitos. E, por fim mencionou
171 a precariedade das visitas virtuais gerando instabilidade e insegurança. Rudinei
172 encerrou seu relato se dirigindo ao Dr. Jádél (MPSC) que havia em momento
173 anterior a esta reunião comentado do distanciamento do MPSC e dos Movimentos
174 Sociais. Rudinei (Comissão Pró-Comitê) problematizou esse ponto, no sentido de
175 não se tratar apenas do distanciamento, mas também, a falta de efetividade na
176 prevenção e na proteção dos Direitos Sociais por parte dos órgãos envolvidos
177 gerando um sentimento de impunidade. Finalizou seu relato se colocando à
178 disposição de todos. Dr. Marcel fez uma última consideração solicitando ao CEDH
179 quatro pedidos. Na sequência, a presidente informou que postaria no grupo da
180 Comissão, proposta de Recomendação do CEDH sobre o sistema prisional que
181 incorpora as recomendações da Comissão assim como, os requerimentos da
182 Defensoria Pública na Ação Civil Pública cuja liminar foi negada. Cynthia (CDH-
183 Joinville) convidou Dr. Jádél, Dr. Marcel e Rudinei a permanecerem na reunião para
184 posterior discussão da Recomendação. A presidente abriu para inscrições ao
185 debate, e posterior rodada com o Dr. Jádél predefinindo teto até às 16 horas. A
186 presidente abriu o debate comentando que muitos oficiais da P.M. têm formação
187 na área tanto em Direito quanto em Direitos Humanos mas na hora de efetivar no
188 comando, isso não acontece. E, pelo contrário disse haver um encobertamento dos
189 crimes cometidos da P.M. contra a população catarinense. Indagou ao promotor se
190 é eficaz que o agente público violador de direitos, seja o agente que investiga essa
191 mesma violência. E, se isso é eficaz no combate à impunidade. E, que outras
192 medidas, entende ser viáveis para incrementar o combate à impunidade fazendo
193 com que essa cultura se modifique na corporação. Cynthia (CDH-Joinville) passou
194 a palavra para o conselheiro Gustavo Kremer (SSP) que compartilhou com os
195 demais participantes, experiência com relação a violência doméstica. E, percebeu
196 que só haverá transformação significativa com a mudança da cultura de igualdade
197 de gênero entre os homens. O conselheiro propõe a presidente que se fomente
198 junto com o MPSC, Polícia Civil, Polícia Militar, Defensoria Pública do Estado e
199 órgãos que atuam na persecução penal, desenvolver campanha educativa para
200 conscientização da população do que é ser um bom policial. E, mostrar que essas
201 instituições não coadunam com o exercício arbitrário de alguns desses
202 profissionais. A palavra é passada para a conselheira Erli (FINER) que propõe ao
203 CEDH que sejam solicitadas as matrizes curriculares das matérias dadas no
204 programa de formação dos oficiais, assim como os profissionais que lecionam
205 essas disciplinas. E, reforçou que a formação dos policiais militares deve ser
206 fundamentada nos parâmetros constitucionais elementares, caracterizando-a como
207 deficitária. A palavra é passada para o Dr. João Coutinho (ADEPESC) que
208 mencionou o envio de diversas recomendações anteriores a abertura de Ação Civil
209 Pública citada anteriormente e, comentou sobre o aumento significativo da procura
210 pela Defensoria Pública por parte de familiares de detentos. Outro ponto colocado
211 pelo conselheiro João (ADEPESC) foi quanto ao encaminhamento pela Defensoria
212 Pública do Estado de solicitação direcionada ao Grupo de Monitoramento e
213 Fiscalização do Sistema Prisional (GMF) e a Corregedoria-Geral de justiça para
214 que esta de alguma forma junto com o GMF consiga articular com os juízes para
215 que se cumpra a própria recomendação da Corregedoria quanto a, do Conselho
216 Nacional de Justiça (CNJ). O conselheiro propõe que se faça convite oficial ao
217 Ministério Público de Santa Catarina (MP/SC), ao Tribunal de Justiça de Santa
218 Catarina (TJ/SC) e a Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina (DPE/SC).
219 Dr. João finalizou citando trabalho realizado na formação de oficiais no estado do

220 Rio de Janeiro, onde incluiu a participação da sociedade civil e da Defensoria
221 Pública daquele estado e, destacou que poderia ser tomado por exemplo no estado
222 de Santa Catarina. Antes de passar a palavra para o Dr. Jádél (MPSC), a presidente
223 fez um levantamento de todas as recomendações colocadas até o momento,
224 estando assim dispostas: 1) *Recomendação para que o Estado implemente o*
225 *Comitê de Prevenção e Combate à Tortura*, 2) *Inclusão no planejamento do CEDH*
226 *o desenvolvimento de campanhas de valorização da atividade policial na*
227 *perspectiva de Direitos Humanos, inclusive pedindo orçamento*, 3) *Convite para*
228 *participação nas plenárias deste Conselho das seguintes entidades: MPSC, TJSC*
229 *e DPE*. E, por fim, a presidente comunicou a todos/as que o Movimento Nacional
230 de Direitos Humanos (MNDH) está com projeto de monitoramento em DH, inclusive
231 com entidades internacionais e, a coordenação do movimento em S.C. decidiu que
232 o foco será a violência policial. A senhora Yara (CRP) sugeriu que fosse feito um
233 grupo de trabalho (GT) para discutir sobre a formação em DH de policiais, buscando
234 profissionais nas diversas áreas e com conhecimento no assunto para
235 contribuições. A conselheira Erli (FINER) lembrou que esse seria o trabalho da
236 Comissão de Formação. Dr. Jádél (MPSC) retomou fala anterior, onde foi dito que
237 o discurso e a prática são dissonantes nas instituições, e; mencionou ser
238 necessário a construção de um processo para aproximá-los, respeitando-se as
239 autonomias e vocações de cada entidade. O promotor comentou ser o termo
240 *violência* muito subjetivo e, expôs que todas as formas de violência devem ser
241 enfrentadas. Dr. Jádél (MPSC) apontou a aproximação das instituições como forma
242 das discussões e condutas passarem a encontrar um campo de interesse comum,
243 assim como, ser um modo mais fácil de se construir políticas de prevenção, políticas
244 de estado. O convidado finalizou agradecendo o convite e se colocou à disposição
245 do CEDH. O convidado Rudinei (Comitê) fez seu agradecimento e na sequência a
246 presidente fez a **leitura** ponto a ponto dos itens **da recomendação para aprovação**
247 **do conteúdo** e possíveis contribuições. A **recomendação foi aprovada por**
248 **unanimidade**. A presidente comentou ser ínfimo o número de juízes de execução
249 penal a estarem realizando as inspeções nas unidades prisionais e, na sequência
250 solicitou permissão ao CEDH para que fosse enviado aos juízes de execução penal,
251 um ofício perguntando se as inspeções estão sendo feitas, como estão sendo feitas
252 e se está sendo realizada de forma compartilhada. Cynthia (CDH- Joinville) indagou
253 se havia algum óbice quanto ao encaminhamento e, nesse instante o convidado
254 Rudinei (Comitê) fez uma contribuição, comunicando que o Mecanismo Nacional
255 de Combate à Tortura havia recebido protocolo para realização das inspeções e
256 sugeriu que servisse de modelo. Cynthia (CDH-Joinville) disse que o documento
257 serviria como base de fundamentação do ofício juntamente com a recomendação
258 do CNJ. Dando continuidade a presidente perguntou a Secretária do Conselho se
259 havia algum informe para repassar ao CEDH. A secretária comentou do trabalho
260 realizado pela senhora Ladice do DEAP, colega da conselheira Josiane dentro do
261 sistema prisional e que iria repassar no grupo do conselho. A conselheira Josiane
262 (SAP) complementou a informação repassada pela Secretária informando ser uma
263 atividade educacional que partiu da Samira (atriz) no intuito de estreitamento de
264 laços e ao mesmo tempo auxiliando-a em suas demandas. Cynthia (CDH- Joinville)
265 indagou ao CEDH quanto a inclusão de mais um ponto na Recomendação nesta
266 plenária anteriormente aprovada quanto a ser priorizada a área da educação no
267 sistema, valorizando os profissionais da área e que sejam adequadas as condições
268 virtuais necessárias ao desenvolvimento dessas tarefas. A inclusão desse ponto é
269 aprovada por unanimidade. E, por fim, a presidente questionou se havia algum
270 ponto a ser colocado em **assuntos gerais, ponto 6**. A senhora Yara (CRP)
271 mencionou a Campanha Nacional do Movimento de Psicólogos Negros que postou
272 no grupo e caso houvesse dúvidas que a mesma estaria à disposição. E,
273 mencionou a situação dos indígenas quanto ao crescente índice de contaminados
274 pela COVID-19. Cynthia (CDH-Joinville) perguntou aos membros do IMDH-UFSC

275 se gostariam de fazer algum comentário, as professoras Juliana Viggiano (UFSC)
276 e Mariana Jofily (UDESC) fizeram seus comentários e agradecimentos. A
277 Secretária do Conselho informou sobre Ofício encaminhado pelo CNDH, em
278 relação a Manifestação Conjunta dos Conselhos Estaduais para que fossem
279 encaminhadas contribuições até o dia 24 de agosto. A presidente então sugeriu que
280 o assunto fosse discutido no grupo da Mesa Diretora. Cynthia (CDH – Joinville) fez
281 seu agradecimento a todos/as e deu por encerrada a reunião. Eu, Manuela Brandão
282 da Silveira Ribeiro, lavei a presente ata, a qual, após lida e aprovada, será
283 devidamente publicada no portal da SDS-SC.
284